

GOVERNAÇÃO LOCAL BASEADA EM DIREITOS

Fortalecendo a capacidade de resposta dos órgãos de governação local para melhoria dos serviços públicos e promoção do direito ao desenvolvimento

- O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) realizou, em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, a formação dos governos locais abrangidos pelo Programa Coesão na temática de Direitos Humanos e Governação Baseada em Direitos, nos dias 3 e 4 de Novembro, na cidade de Nampula. Esta iniciativa visa responder à necessidade de fortalecer a capacidade de resposta das instituições locais formais e informais de tomada de decisão às preocupações e iniciativas comunitárias lideradas por jovens e mulheres para melhorar os serviços públicos, o desenvolvimento local e a governação local.





Mety Gondola, Secretário de Estado na Província de Nampula

O respeito pelos direitos humanos garante eleições livres e justas em condições de igualdade política; assegura uma comunicação aberta e um processo livre de formação de opinião; garante a implementação de decisões democráticas e, assim, ajuda o governo democrático a se tornar eficaz. A abordagem da Governança Baseada em Direitos Humanos é sustentada por cinco princípios fundamentais de direitos humanos: Participação, Responsabilidade, Não Discriminação e Igualdade, Empoderamento e Legalidade¹.

Uma abordagem de direitos humanos para o desenvolvimento parte da premissa básica de que a conquista dos direitos humanos é o objetivo de qualquer processo que vise a melhoria da condição humana. Utiliza os diversos conceitos associados aos direitos humanos, entendidos no seu sentido mais amplo como o alicerce da política de desenvolvimento. Invoca o aparato internacional de direitos humanos em apoio à acção de desenvolvimento. Esta abordagem diz respeito não apenas aos direitos civis e políticos (por exemplo, liberdade de expressão, liberdade de associação, direito a um julgamento justo, direito

a não ser torturado), mas também aos direitos económicos, sociais e culturais (acesso à alimentação adequada, saúde, educação, habitação, emprego). Além de realizar direitos humanos específicos, uma abordagem baseada em direitos para o desenvolvimento enfatiza a responsabilidade, o empoderamento, a participação e a não discriminação².

A formação abrangeu 30 representantes dos governos distritais, incluindo os administradores, e municipais das províncias de Nampula (Moma e Angoche), Cabo Delgado (Montepuez e Chiúre) e Niassa (Cuamba e Chimbunila). Intervindo no evento de lançamento da formação, Mety Gondola, Secretário de Estado da Província de Nampula, afirmou que o governo tem envidado esforços para encontrar plataformas que permitam reforçar a coesão social e para que haja um ambiente no qual todas as iniciativas que visam reforçar a coesão tenham sucesso. Para Mety Gondola, a transparência, participação e prestação de contas são elementos fundamentais na governação baseada em direitos. Deste modo, exortou os administradores a maximizarem os conhecimentos adquiridos na formação no exercício das suas actividades.

Por sua vez, Cashimo Raúl, Director Provincial da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, defendeu que a formação em governação baseada em direitos prepara as lideranças a colocarem os direitos humanos na sua agenda e comecem a consciencializar as comunidades sobre os direitos humanos.

A facilitação da formação esteve sob responsabilidade de académicos das universidades da zona norte do país, de quadros do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e do CDD. As temáticas abordadas incluíam: noções básicas de direitos humanos; sistema moçambicano de direitos humanos; sistema regional e internacional de direitos humanos; nexus governação baseada em direitos e coesão social; e a agência da juventude na catalisação da governação baseada em direitos e coesão social.

Em representação dos governos distritais e municipais, Isaura Máquina, Administradora de Montepuez, afirmou que a formação constituiu um fórum para reflexão sobre a governação local. As temáticas abordadas fazem parte do dia-a-dia da governação e promovem mais transparência, participação e respeito pelos direitos humanos.

A abordagem da governação baseada em direitos também se concentra no desenvolvimento de leis, políticas, instituições, procedimentos administrativos e práticas adequadas, bem como nos mecanismos de reparação e responsabilização que podem cumprir os direitos, responder à negação e violações e garantir responsabilidade.



Cashimo Raúl, Director Provincial da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

Eles pedem a tradução de padrões universais em referências determinadas localmente para medir o progresso e aumentar a responsabilidade¹.

Deste modo, reconhecendo que a pessoa humana é o sujeito central do processo de desenvolvimento e que a política de desenvolvimento deve, portanto, fazer do ser humano o principal participante e beneficiário do desenvolvimento e que a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento dos povos e indivíduos é responsabilidade primária dos seus Estados, em 1983, a Assembleia Geral das Nações Unidas emanou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento².



¹ <https://regionalcoopmag.net/2021/10/30/a-human-rights-approach-to-democratic-governance-and-development/>
² <https://regionalcoopmag.net/2021/10/30/a-human-rights-approach-to-democratic-governance-and-development/>

³ <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Development/RTDBook/PartIIChapter9.pdf>
⁴ https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Development/RTD_booklet_en.pdf



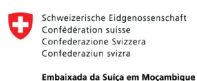
INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

